



**Universidade:  
presente!**

**UFRGS**  
PROPEAQ



**XXXI SIC**

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2019
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	Entre tensionamentos e lutas pela garantia de direitos: a mobilização dos atingidos pela barragem de Itá e a construção de reassentamentos rurais coletivos
<b>Autor</b>	JESSICA MABEL SOARES TEIXEIRA MENEZES
<b>Orientador</b>	JUSSARA MARIA ROSA MENDES

**Título:** Entre tensionamentos e lutas pela garantia de direitos: a mobilização dos atingidos pela barragem de Itá e a construção de reassentamentos rurais coletivos

**Autor:** Jessica Mabel Soares Teixeira Menezes

**Orientadora:** Jussara Maria Rosa Mendes

**Instituição:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Desde o período da ditadura militar no Brasil, vem se construindo empreendimentos hidrelétricos sendo estas implantações justificadas pelo setor energético como parte essencial do projeto de desenvolvimento econômico. É importante destacar que este projeto é vinculada diretamente a um sistema econômico que se sustenta através da ampliação e reprodução do Capital, e que este por sua vez se ancora em diversas formas de exclusão social próprias da sociedade capitalista. Neste contexto se deu a construção da usina hidrelétrica de Itá localizada entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que trouxe como consequência impactos sociais e ambientais aos atingidos. Frente ao processo de reparação dos danos uma das estratégias utilizadas foi a construção de reassentamentos rurais coletivos. Desta forma, compreendendo a potência da implantação de reassentamentos rurais coletivos como forma de compensação mais democrática e mobilizadora dos atingidos na luta por direitos, este trabalho pretende resgatar as memórias e as vivências das pessoas atingidas pela construção da barragem de Itá (RS/SC) e que foram deslocadas para dois reassentamento rurais coletivos no estado do Paraná no final dos anos 1990. Cabe destacar que este estudo faz parte de uma pesquisa maior intitulada “O sofrimento social e ambiental no contexto de construção de barragens hidrelétricas e suas interfaces com a saúde”. Do ponto de vista metodológico foi utilizado um delineamento exploratório descritivo de cunho qualitativo. Para a coleta de dados foram realizados dois grupos focais com dois reassentamentos rurais coletivos: reassentamento rural de Santa Inês e Reassentamento rural de Itá, ambos no Paraná. Participaram da pesquisa 20 pessoas, sendo 4 residentes no reassentamento de Santa Inês e 16 no reassentamento de Itá. Os dados foram analisados através da análise temática proposta por Minayo. Como parte dos resultados da pesquisa destaca-se que no processo de implantação houve uma série de disputas relacionadas ao ressarcimento dos atingidos, pois a empresa do setor energético primava pelas indenizações individuais através de dinheiro ou cartas de créditos. Esta forma de compensação na perspectiva dos atingidos, visava impedir a mobilização das comunidades, visto que um atingido não mobilizado possui menor força política para reivindicar seus direitos. Como forma de resistência, a organização dos atingidos juntamente com o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) possibilitou processos de resistência que levaram a conquistas como o direito à escritura dos lotes terra, a construção do reassentamento coletivo e a decisões relacionadas a infraestrutura do novo espaço habitado. Dentre outras conquistas citadas os participantes relatam: a construção de uma escola rural dentro de reassentamento; a implantação de um posto de saúde; o direito a terra não apenas aos proprietários de áreas atingidas mas também a meeiros, arrendatários e funcionários de empresas atingidas pela barragem; o suporte técnico para a implantação de lavouras e outras atividades geradoras de rendas; entre outras. Os dados ainda estão sendo analisados, mas os materiais preliminares indicam um empenho das empresas geradoras de energias em desmobilizar os atingidos a fim de dificultar o ressarcimento justo e que atendesse as necessidades de moradia, trabalho, educação e lazer. Em contramão a desresponsabilização do setor energético, a organização dos atingidos que optaram pelo reassentamento rural coletivo como forma de ressarcimento demonstrou um potencial político importante na realização de tensionamentos e na conquista de direitos.